

Editorial / Editorial

Este dossiê temático foi pensado com objetivo de discutir processos econômicos, políticos, sociais e militares das nações da África Austral do último quartel do século XX à atualidade, bem como analisar suas relações externas, regionais e internacionais. Os debates aqui apresentados dão continuidade a reflexões levantadas em edições anteriores da revista *Tensões Mundiais* acerca das realidades africanas.

Localizada mais ao sul do continente, a África Austral é banhada pelos oceanos Índico, na sua costa oriental, e Atlântico, na sua costa ocidental, sendo formada por mais de uma dezena de países. Por conta da sua localização estratégica foi alvo da disputa bipolar e influências dos blocos capitalista e socialista durante a Guerra Fria. Assim, foi a última região do continente a libertar-se da colonização europeia, tendo vivenciado guerras vitoriosas das forças populares que lutavam pela independência de seus territórios e povos.

Seus países e nações experimentaram distintos processos de integração e desintegração. Esses processos deixaram marcas nas identidades, nos povos, nas sociedades e nos Estados, além de influenciarem suas trajetórias nacionais e internacionais. O sistema de apartheid na África do Sul e a existência de regimes segregacionistas minoritários brancos no atual Zimbábue e na Namíbia são marcas desse período, bem como as revoluções socialistas na Tanzânia, Zâmbia, Angola e Moçambique.

Ficou evidente a “guerra por procuração” entre a hegemonia do apartheid sul-africano e suas ligações com os regimes brancos, de um lado, e os regimes socialistas da Tanzânia, Zâmbia, Angola e Moçambique, de outro. A criação de alianças regionais como os Estados da Linha da Frente (ELF), a *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC), a *Southern African Development Community* (SADC) e, sob diferente perspectiva, a *Constellation of*

Southern African States (CONSAS), proposta pelo Governo Botha, foram facetas dessa confrontação.

Após a independência em 1975, Angola e Moçambique, por exemplo, se envolveram em guerras civis fratricidas, que contaram com “mão-externa” em apoio às revoluções nacionais e ações de contrarrevoluções de movimentos nacionalistas rebeldes, no contexto de disputa bipolar da Guerra Fria.

No início da década de 1990, ocorreram mudanças sistêmicas mundiais e na África Austral, com o consenso de Washington, a crise do bloco socialista europeu, a queda do Muro de Berlim, o desmantelamento do sistema do apartheid, o abandono da via socialista de desenvolvimento pelos Estados da região e os acordos de paz para pôr fim às guerras civis em Angola e Moçambique. Tais transições contribuíram para o surgimento de novas agendas nacionais e regionais.

Os artigos desta edição refletem as visões e perspectivas de autores e pesquisadores brasileiros e africanos com diferentes interesses e focos acerca de África, que vão de movimentos regionais a governos nacionalistas, conflitos, forças armadas e políticas públicas.

Iniciamos com a pesquisa desenvolvida por Kelly Meira, mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, que discute as estratégias adotadas pelos Estados da Linha da Frente, no período de 1975 a 1980. O vitorioso movimento regionalista surgiu com o intuito de enfrentar os regimes segregacionistas na África Austral, em especial o apartheid na África do Sul.

Na sequência, Murilo Costa, jovem pesquisador que está em Portugal concluindo seu pós-doutorado, nos oferece uma pertinente análise acerca da África do Sul pós-apartheid, a partir do conceito de segurança humana e da sua política de defesa. O estudioso mostra uma ressignificação do papel das forças armadas sul-africanas por meio de uma transição burocrática institucional e participação em missões de paz da ONU e da União Africana, colocando a segurança humana como prioridade. Já Maria Oliveira e Renata Bichir, no artigo “Uma análise do Programa Sul-africano *Child Support Grant*”, verifica o alcance do programa de transferência de renda da África do Sul pós-apartheid, na sua perspectiva

de proteção social tanto nacional quanto internacional. O texto representa uma tentativa de compreensão da implementação de uma política pública oriunda de um país do Sul global.

A expressiva riqueza natural, em especial de recursos minerais, e a localização privilegiada, com uma multiplicidade de fronteiras, tornaram a República Democrática do Congo alvo da cobiça internacional. Os inúmeros conflitos no território congolês desde a brutal colonização, passando pelos conflitos do período pós-independência à redemocratização, são objeto da investigação de Carina Gouvêa, Pedro Castelo Branco e Eduardo da Silva Júnior. Os pesquisadores examinam as intervenções da ONU no país e em que medida as sucessivas missões contribuíram para a democratização do Estado.

Proseguimos com dois artigos que lembram a luta anticolonial em Moçambique e a dinâmica de construção do Estado nacional. Ercílio Langa analisa o Governo Guebuza, tendo como referência a teoria do *rent-seeking*. O professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira mostra como um governo nacionalista com ideais de erradicação da pobreza degenerou na caça da renda no plano doméstico e internacional. Adotou um modelo econômico extrativista e dependente da ajuda externa, na qual os negócios pessoais do presidente da república e da elite política se misturaram com os interesses estatais. “Planejamento Governamental: Moçambique e Brasil em foco” constitui um trabalho coletivo de docentes e discentes da Universidade Estadual do Ceará, que tem um olhar direcionado para as políticas públicas. José Cisne, Catarina Maquile, Guirino Nhatave e Ana Thais Cisne desenvolvem um estudo comparativo em seus países acerca do planejamento governamental e seus instrumentos técnicos-políticos. Os autores circunscrevem os contextos de surgimento desses planejamentos a partir da redefinição do papel do Estado, bem como das transformações nas administrações públicas e daquelas impostas pelo contexto internacional, no cenário da terceira onda de democratizações, da qual os dois Estados fazem parte.

Compreender como o continente africano foi pensado estrategicamente pelos militares brasileiros durante o século XXI é o tema instigante abordado no último artigo. Camille Amorim, Vinícius

Mallmann e Bruna Zeca, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazem uma apreciação crítica das atividades desenvolvidas por integrantes das escolas do Exército e da Marinha, apontando divergências e distintos focos em suas interpretações acerca do Continente.

Desejamos uma boa leitura!